

ENTREVISTA MARCO AURELIO RUEDIGER



TODO O PODER ÀS REDES

O sociólogo que comanda um dos grandes centros de análise de big data no Brasil diz que os políticos só vão recuperar legitimidade quando aprenderem que "curtir" é coisa séria

MONICA WEINBERG E CECÍLIA RITTO

A COLETA DE DADOS para detectar tendências e medir o pulso das aspirações sociais ganhou volume e tempo real no oceano de informações do big data, nome que se dá à gigantesca quantidade de dados produzidos diariamente na internet. É nessa mina inesgotável que o sociólogo carioca Marco Aurelio Ruediger, da Fundação Getúlio Vargas, abastece a Diretoria de Análise de Políticas Públicas, um centro de estudo da visão que os brasileiros têm da máquina estatal e dos poderes da República. Em uma sala com jeito de startup no bairro do Flamengo, Zona Sul do Rio de Janeiro, Ruediger, 56 anos, e sua jovem equipe extraem dos mais relevantes bancos de dados e do infindável conjunto de postagens nas redes a temperatura das demandas da população. O sociólogo avisa: a política e o governo, dois sistemas paquidérmicos, vão acabar atropelados por uma sociedade conectada que aprendeu a brigar por mudanças.

O que as redes sinalizam sobre a atual situação da política brasileira? A questão mais latente é uma aguda crise de confiança nos políticos, nas instituições e na capacidade do Estado de fazer aquilo que diz que vai fazer. Falta transparência às políticas públicas, o que não é novidade. Novo, sim, é o fato de a população estar sensível a isso, como mostra a ebulição das redes, um sinal inequívoco de que a sociedade civil alcançou a condição de protagonista neste século. Com informação circulando em tempo real, não dá mais para esperar o ciclo de quatro anos que separa uma eleição da outra para ouvir o eleitor. Os políticos ainda acham que os grandes debates do país devem se dar exclusivamente nos meios tradicionais, pelas vias institucionais conhecidas e no ritmo lento a que estão acostumados. Não percebem que vivemos num

ENTREVISTA MARCO AURELIO RUEDIGER

mundo em rápida transformação, com novos atores e canais.

Qual o papel das redes na política do século XXI? O desenho da política de hoje deve ser uma mistura do processo convencional, que no caso brasileiro requer um óbvio aperfeiçoamento das instituições, com as redes sociais — que, sim, precisam ser auscultadas em tempo real para calibrar as iniciativas dos governos. Não significa que o Facebook ou o Twitter definirão as ações do Executivo; essa seria uma simplificação igualmente contraproducente. Mas significa que tais canais precisam ser utilizados para que se obtenha um termômetro atualizado, até diário, dos acontecimentos. Isso é vital para um processo político moderno. Infelizmente, o Brasil ainda percorre a trilha inversa, o que custa caro ao país.

Quem paga o preço? Todo mundo. A classe política perde força e cai em descrédito, e a população não se vê atendida em seus anseios e não acredita mais em partidos. Foi justamente nesse vazio que a crise de confiança na qual o Brasil está mergulhado ganhou envergadura.

Em que momento a distância entre os políticos e a sociedade se agravou? Em 2013. Os protestos de rua reverberavam nas redes, mostrando que pessoas de todas as classes sociais estavam insatisfeitas com a torrente de denúncias de corrupção e com a baixa qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado — transporte, segurança, educação. O problema é que não foi aberta nenhuma nova via de diálogo do governo com a população. Preferiram mandar uma mensagem ao Congresso com propostas para a reforma política, que, como já havia acontecido antes, não andou. Achavam ser

“O governo atravessou uma crise inteira inerte, dissociado do que a sociedade civil manifestava dentro e fora das redes. Só que a inação é imperdoável nos dias de hoje. Deu no que deu”

possível empurrar a questão por mais um ano, até as eleições de 2014, para só então tentar amainar a fúria expressa na internet e nas ruas. Era o velho pensamento vigorando. O governo atravessou uma crise inteira inerte, dissociado do que a sociedade civil manifestava dentro e fora das redes. Só que a inação é imperdoável nos tempos atuais. Deu no que deu.

Como é possível mudar isso agora? Para resgatar a legitimidade, a discussão sobre o futuro do país não pode continuar circunscrita aos três poderes, porque os movimentos sociais querem ter voz ativa no processo. É uma incoerência a sociedade civil não estar formalmente incluída nos debates através de ferramentas modernas, como petições eletrônicas.

Qual é a percepção atual sobre o governo Temer? As maiores preocupações sobre o novo governo se expri-

mem em duas das palavras que mais circulam nas redes: “confiança” e “tempo”. Está claro que o grupo hoje no Planalto precisa semear a confiança entre a população em curto espaço de tempo, para ganhar legitimidade, coisa que ainda não tem. E isso, obviamente, não será fruto de marketing, mas, de novo, da capacidade de entender os processos sociais, abrir o diálogo e fazer as escolhas certas. Nas últimas semanas, outra palavra começou a aparecer nas redes em relação ao governo: “impunidade”.

Isso está relacionado às denúncias recentes da Lava-Jato contra nomes importantes do PMDB? Sem dúvida. Fica claro o anseio de que tais denúncias produzam consequências concretas. Ou se pune ou se inocenta o acusado. O importante é não deixar mais passar em branco.

Seu monitoramento mostra a população ainda muito dividida entre PT e anti-PT? Sim, mas há um dado novo. Na última grande passeata antes do impeachment, em abril, as duas cores, azul e vermelho, que se dividiam quase que simetricamente — aqueles a favor do afastamento da presidente de um lado e os contra do outro —, fundiram-se numa mancha que indicava certa unidade. Os dois extremos opostos se enfraqueceram e o grupo do meio, que era difuso e até então quase não aparecia, se pronunciou com força. A mancha homogênea que detectamos simbolizava a descrença geral nos políticos de qualquer espectro ideológico. Um fenômeno a que se deve prestar atenção.

Qual tem sido o papel das redes na Lava-Jato? Elas vêm dando outra magnitude às notícias. Não só as replicam infinitamente como criam em torno delas um debate acalorado em

que as pessoas se posicionam, brigam, pressionam, põem políticos na berlinda, enfatizam o descabro. Nesses comentários fica nítido que a Lava-Jato é unanimidade porque começou a atingir diferentes espectros ideológicos. É na continuidade da operação que reside hoje a chance de resgate do próprio sistema político.

Qual a maior preocupação dos brasileiros no momento? Certamente, o desemprego. Para os jovens, então, essa é uma aflição particularmente aguda. Mas tudo leva a crer que a violência caminha para ganhar grande destaque na lista de preocupações nacionais. Os dados que coletamos nos permitem fazer uma correlação bastante nítida entre o descrédito na representação política e o aumento da criminalidade, que aparecerá muito maior em 2017. A equação é simples: a falta de expectativa sobre as ações do Estado leva o bandido a achar que está livre para fazer o que quer. É sintomático. As postagens nas redes cada vez mais apontam para essa relação de causa e efeito.

O que dizem os jovens nas redes? Eles manifestam um forte desânimo em relação ao país. É uma geração que cresceu em tempo de bonança e, agora, tem de reverter as altas expectativas e conviver com a desesperança. Nas faixas de renda mais altas, surgem dois grupos distintos. O primeiro está lutando, de algum modo, em prol de uma agenda positiva. A outra turma quer deixar o Brasil. Ambos são críticos do governo, da política e da máquina pública.

Como é o trabalho de mapear as redes atrás de dados sobre tendências? Criamos um dicionário de dados complexos, páginas e páginas de palavras e as conexões entre elas, para

montar um filtro sofisticado, capaz de discernir entre o que é piada, sarcasmo, crítica social e pura bobagem. Temos armazenados memes, gírias, expressões, enfim, tudo o que nos permita fazer uma leitura eficiente das redes. Agora estamos estudando os emojis, aquelas carinhas que expressam sentimentos, para que também possam ser usados na coleta de informações.

Qual é a visão dominante sobre o Estado brasileiro? A da ineficiência, e com razão. Vou dar um exemplo. Por encomenda do Ministério do Trabalho, fizemos uma avaliação do processo de imigração em vigor no Brasil, um grande tema deste século. Constatamos que sobram órgãos debruçados sobre a questão — Polícia Federal, Itamaraty, os ministérios do Trabalho e da Justiça —, e cada um atua da maneira que acha melhor. Eles competem entre si e brigam por poder. O diagnóstico foi que era necessário rea-

“As postagens na internet destacam as palavras ‘confiança’ e ‘tempo’. A gestão Temer precisa se tornar rapidamente confiável para obter legitimidade, coisa que ainda não tem”

lizar aqui o que acontece em quase todos os países: implantar uma única agência para centralizar o processo. Nada foi feito. Cito esse caso por ser simbólico de uma ideia maior. É preciso redefinir o Estado, fazendo uso de novas tecnologias e reduzindo as barreiras políticas e burocráticas em prol de um custo mais baixo. Melhorar a gestão traria grande alívio para as amarradas contas do governo federal.

O senhor também comandou um estudo sobre o Orçamento da União. Quais foram as conclusões? A ideia era simplificar o emaranhado de siglas e cifras e chegar ao verdadeiro montante disponível para investimento. Infelizmente, as constatações não são favoráveis. A dívida pública e a Previdência sugam metade do Orçamento. Da metade que resta, 80% é dinheiro já carimbado para despesas obrigatórias, como pagamento do funcionalismo e custeio dos ministérios. Sobra pouco, muito pouco, e esse pouco precisa ser bem gerido. Nesse cenário de dinheiro curto, o Orçamento deve ganhar de uma vez por todas mais transparência.

Onde exatamente falta transparência? São tantas as rubricas que nem os departamentos do próprio governo conseguem se entender. Vira e mexe eles consultam os bancos de dados da FGV, depois que tornamos as siglas e cifras mais digeríveis. Se nem quem trabalha com isso é capaz de decifrar o quebra-cabeça, imagine a sociedade civil. A ausência de clareza e objetividade nas contas públicas emperra projetos em andamento, pois torna difícil perceber quando se toma um rumo errado e quando se deve ter a rota corrigida. A falta geral de transparência, aliás, é um grande nó para o avanço do país e para a retomada da legitimidade por parte dos governantes. ■